

Notas sobre o primeiro curso livre de Arqueologia Subaquática na Holanda

Maria Luísa P. Blot *

Amesterdão, Agosto de 1991. Holanda, um país privilegiado em matéria de conservação natural de espólio arqueológico submerso, verdadeiro museu naval preservado por turfeiras, águas de baixa temperatura e salinidade reduzida.

Foi anfitriã, durante a segunda semana de Agosto, a Amsterdam Summer University. Reuniu conhecidos especialistas europeus de arqueologia marítima, história marítima e museologia que se pronunciaram sobre a HERANÇA CULTURAL MARÍTIMA, submersa ou não. Num ambiente de permanente diálogo, foram revistos os princípios da disciplina e discutiram-se problemas cruciais: definição de prioridades, pesquisa histórica em arquivos e sua articulação com os dados arqueológicos, métodos de arqueologia subaquática.

Vejamos a actualidade norte-europeia neste domínio.

A experiência neerlandesa face ao potencial dos «polders».

Partindo de uma apresentação muito concreta da pesquisa no terreno em território holandês, focando prioridades, os especialistas T. Maarleveld, M. de Weerd, P. Diebels, Bas Kist, J. Gawronski, R. Knoop, R. Reinders, mostraram o caso holandês segundo uma perspectiva arqueológica, histórica e museológica. Efectivamente os «polders», zonas hoje secas ou de muito fraca profundidade e de minúsculo relevo, contêm sítios arqueológicos que são reclamados pela Arqueologia Subaquática numa tentativa de reconstrução da história marítima e mercantil neerlandesa. Nunca está ausente a constante preocupação de manutenção de infraestruturas que garantem o tratamento e a conservação desses frágeis testemunhos do passado.

A par de embarcações romanas no contexto de um forte militar romano, no Zwaammerdam, simples embarcações locais de cabotagem perfeitamente conservadas permitem também encontrar novas respostas em termos de construção naval.

* Museu de Peniche

A Holanda possui, paralelamente à riqueza dos citados «polders» um apreciável museu de arqueologia naval em Ketelhaven. Trata-se de uma verdadeira surpresa pela profusão de materiais perfeitamente conservados (tecidos, corda, couro, madeira) permitindo a reconstituição não só de técnicas de construção naval como da vida a bordo em épocas recuadas. O século XVII encontra-se particularmente bem representado com artefactos autênticos que ultrapassam as perspectivas do visitante chegado do sul da Europa, anunciando já o famoso navio-museu de Estocolmo, essa maravilha da preservação que é o *Vasa*, mas, essencialmente, uma prova eloquente de uma profunda mudança das mentalidades que encararam definitivamente o navio como artefacto arqueológico e objecto de investigação de um património naval.

Uma interessante apresentação dos arquivos históricos neerlandeses — uma experiência de pesquisa com especial destaque para os arquivos da V.O.C., (companhia holandesa das Índias fundada em 1602) — e a articulação da mesma pesquisa com a experiência arqueológica em sítios de naufrágio de navios que faziam a conexão entre a Europa e a Ásia, foram também tema de uma sessão. Os materiais históricos podem ser não só o ponto de partida da pesquisa arqueológica ideal como, em sentido inverso, deverão constituir uma prioridade em caso de descoberta acidental de um sítio de naufrágio numa fase de identificação/interpretação do sítio.

Como exemplo deste tipo de articulação da informação¹ aparece-nos na Holanda o navio mercante da V.O.C., o *Amsterdam*, (150 pés de comprimento e 700 toneladas). Saído da costa holandesa com 333 pessoas a bordo e destinado a Batávia, Indonésia, naufragou na costa do Sussex, entre Hastings e Beachy Head, em 1749. O que resta do navio foi alvo de escavações arqueológicas entre 1984 e 1986.

A abordagem pluridisciplinar do caso do *Amsterdam* permitiu a construção da réplica navegante actualmente acessível ao público numa doca do Scheepvaartmuseum. Trata-se de um percurso exemplar de pesquisa histórica e arqueológica cujo resultado último está à vista, flutuando em pleno coração de Amesterdão.

Um país onde a Arqueologia Subaquática se pratica em lagos: a Suíça.

Belos exemplos de variação do nível da água, os lagos suíços contêm vestígios de habitats palafitas. Ulrich Ruoff dirige desde há vários anos escavações subaquáticas de sítios do Neolítico e da idade do Bronze em meios sublacustres. Num dos casos, a escavação beneficiou de uma técnica de drenagem da água do lago permitindo uma análise estratigráfica ideal ao ar livre.

Tal como acontece nas frias águas do Mar do Norte e do Báltico, os sítios em questão mantêm-se num estado ideal de conservação.

Cómodas e eficientes técnicas de desenho e fotografia adaptadas a um meio aquático com pouca visibilidade, (utilização de recipientes contendo água límpida especialmente concebidos para o registo fotográfico dos perfis estratigráficos) proporcionam as melhores condições de registo da informação.

O arqueódromo concebido nas imediações proporciona ao público uma abordagem fácil e curiosamente agradável de um sítio pré-histórico, transformando a experiência arqueológica em algo de partilhável através de modelos palpáveis e reconstituições/demonstrações das actividades quotidianas dos antepassados em que o visitante pode eventualmente participar.

Réplicas de pirogas monóxilas encontram-se à disposição das crianças que desejem participar em regatas no lago.

Finalmente, uma arqueologia que estende as mãos aos leigos.

A Rússia e a Arqueologia Subaquática

Constituiu uma surpresa a presença de A.V. Okorokov, arqueólogo russo, nesta semana de Arqueologia Subaquática em Amesterdão.

A União Soviética tem desenvolvido desde o início do século um programa de prospecção num gigantesco território, desde o Cáspio e Mar Negro, ao Mar Branco, ao Báltico e ao arquipélago de Spitzberg.

Parecendo-se de algum modo com uma amostragem de todos os tipos de sítios arqueológicos subaquáticos reveladores, ao acaso de achados e graças a algumas campanhas de reconhecimento, o potencial arqueológico subaquático de tão vasto território engloba culturas e épocas muito variadas, desde ruínas submersas de cidades e portos romanos na Crimeia, a vestígios de naufrágios de épocas várias em mares interiores (Cáspio), e vestígios de habitats pré-históricos em lagos.

Tendo sido criada uma legislação relativa ao património histórico em terra e no mar por Pedro o Grande, até inícios do século XX os achados acidentais, ocorridos especialmente após tempestades, eram guardados em colecções particulares, quando não eram recolhidos pelas populações e em seguida derretidos, no caso de metais preciosos.

O Mar Negro tem fornecido exemplos de submersões de ruínas e revelado a presença de vestígios de antigas colónias gregas, e nas mesmas águas apareceram também pirogas monóxilas anteriores à era cristã.

Em 1961 foi elaborado no Mar Negro um plano do micro relevo dos fundos, com a localização de ruínas: foi o princípio da Arqueologia Subaquática na URSS. Os anos 1960 revelaram-se ricos em achados de época romana (ânforas, cepos de âncoras romanas, assim como vestígios submersos de um porto).

Na mesma década são estudadas no Mar Cáspio as variações do nível das águas e o museu histórico do Azerbaijão promove uma prospecção sistemática das ruínas submersas, assim como a prospecção do estuário de um rio no Cáspio, revelando a presença de uma cidade medieval submersa com vestígios de fornos de cerâmica e numerosos objectos.

Só nos anos 70 as atenções se viram para o Báltico e para o Mar Branco estudando despojos de naufrágios, portos e outros sítios submersos de épocas compreendidas entre o século XV e o século XIX.

Em 1985 é a vez de Spitzberg e de outros arquipélagos do Ártico.

Para uma «paisagem cultural marítima».

Partindo de duas noções referentes a territórios distintos («maricultura» ou utilização humana do espaço marítimo, versus agricultura), e retomando o contributo do sueco C. Westerthal, vemo-nos, também no caso português, perante uma possível, e lógica, articulação dos sítios arqueológicos reveladores de actividades essencialmente terrestres, (sem esquecer os pontos de trânsito e as áreas de transporte), com sítios arqueológicos relacionados com a água, submersos ou não.

Uma realidade como uma carta arqueológica das costas de um país², deverá ter uma dimensão eminentemente pluridisciplinar, desenvolvendo um trabalho de pesquisa tanto a nível regional como a nível nacional, não só de recolha de informação de vários tipos, como de classificação e selecção de todo esse material cognitivo que constitui o património cultural marítimo de um povo.

Com uma visão larga de património cultural marítimo, teremos que nos virar de modo constante para terra e dialogar com a experiência arqueológica tradicional para estudar cada época, cada zona.

Não se trata de recensar de modo exaustivo embarcações afundadas. Os sítios de naufrágio são apenas uma parte dessa «paisagem» que procuramos esboçar. Alargando, pois, a panóplia dos sítios relacionando com a água, deparamos com monumentos costeiros, antigos ancoradouros, portos, rotas marítimas, capelas e igrejas do litoral, cemitérios de embarcações, sítios de cultos antigos relacionados com a água. Também os moinhos de maré testemunham um tráfego aquático específico, (os chamados «barcos dos moinhos»), e estão, por definição, estreitamente relacionados com o elemento aquático, constituindo bons indicadores do nível da água do seu tempo, (cf. moinho de maré existente em Castro Marim em 1290).

São alguns exemplos, entre outros, mas todos eles sugerem um passado humano virado para o litoral.

Quando pensamos em construção naval, então, os caminhos de pesquisa podem levar-nos do sítio de naufrágio ao local de construção e até mesmo às fontes de abastecimento do estaleiro produtor.

A concepção de uma geografia dos transportes, do trânsito aquático, torna evidente, por seu lado, a interligação de zonas costeiras e de zonas interiores, alargando a noção de fachada marítima que nos interessa retratar.

O estudo de vias romanas e dos achados marítimos, (portuários ou não), deverão fazer parte de uma mesma pesquisa, atenta a possíveis ligações, não esquecendo nunca o diálogo entre os achadores, geralmente profissionais do mar, e os arqueólogos, num reconhecimento mútuo do significado desses contributos.

Deverá interessar-nos, em suma, tal como interessou os nórdicos, uma abordagem etno-histórico-linguístico-arqueológica desse aspecto da cultura relacionado com o elemento aquático.

A terminologia ainda hesitante.

Encontro de especialistas dirigindo-se a outros especialistas e também a alguns amadores, o curso promovido pela Amsterdam Summer University revelou-se útil na medida em que procedeu a uma cuidadosa revisão da situação da Arqueologia Subaquática norte-europeia.

Se desde os anos 60 se têm testado técnicas, equipamentos, pessoas, e se tem desenvolvido uma disciplina e uma pesquisa significativa no Mediterrâneo, no Báltico e no Mar do Norte, a questão da terminologia permanece ainda controversa, (Arqueologia Marítima, Arqueologia Submarina, Arqueologia Subaquática, Arqueologia Naval, etc., e, por que não, Arqueologia da Água...), numa constante busca do termo-expressão ideal para designar uma pesquisa que se estende numa zona fronteira tão inconstante e tão efêmera como é a zona da linha costeira.

M.L.P.B.

NOTAS

¹ BLOT, J-Y e M.L.: O interface História-Arqueologia: o caso do naufrágio do «San Pedro de Alcantara» (1786). Academia da Marinha. Lisboa, 1992.

² BLOT, J-Y e M.L.: *Problemática de uma pesquisa empreendida pelo Museu Nacional de Arqueologia. O programa do recenseamento do património cultural submerso*. 1985. Texto inédito.

Da glaciação de Würm aos últimos tempos da marinha à vela. Elementos para uma carta arqueológica do património cultural submerso em Portugal. 1985. Texto inédito.

BLOT, J-Y e M. L. Relatórios das 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª fases (1985, 1986, 1987 e 1988) do Inventário Nacional do Património Cultural Subaquático. M.N.A. Textos inéditos.